02ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 06 DE FEVEREIRO DE 2025.

Ao sexto (06º) dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco (2025), às oito horas e dezessete minutos (8h17), iniciou-se a segunda (02ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, realizada presencialmente, na Secretaria de Ação Social – Avenida Champagnat – 1750 – Centro – Franca-SP. A reunião foi coordenada pela presidente, Márcia Tomie Nakao. Estiveram presentes na reunião vinte e um (21) conselheiros(as), sendo treze (13) da Sociedade Civil e oito (08) do Poder Público, com os(as) seguintes **Conselheiros(as) Titulares:** Mirian Suzete Monteiro, Élcio Bento Teodoro, Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro, Lindsay Lemos Gonçalves Ferreira, Márcia Tomie Nakao, Jaqueline Santos de Paula, Karla Cristina Miranda Melo, Elaine Pereira de Sousa, Eder Furtado Ribeiro, Jandira de Almeida Ramos, Christiane Hakime de Souza, Denize Benez Ornellas Graciano, Sônia Maria de Andrade Souza e Gabriel Ferreira dos Santos. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:** José dos Reis Marcelino Silva. **Conselheiros(as) Suplentes:** Marina Borges de Araújo, Aline Lima da Silva, Daniela Junqueira Palhares, Michelle Cristina da Silva Mariano, Fernanda Peixoto Cintra Meneghetti e Adriana Aparecida Salviano Martins. **Pela Secretaria-Executiva do CMAS estiveram presentes:** Maria Amélia Faciroli Vergara, Secretária Executiva e a estagiária, Luiza Pasquarelli. Também participaram da reunião, pessoas convidadas da rede socioassistencial e outros. A pauta da reunião, foi aprovada, ficando da seguinte forma ***1 – ORDEM DO DIA: – Chamada e Verificação de quórum; – Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes. 2 – Deliberação sobre a ata da 21ª Reunião Ordinária (05.12) e 1ª Reunião Ordinária (16.01). 3 – Aprovação da pauta. 4 – ASSUNTOS: 4.1 – Apresentação do novo Secretário de Ação Social – Óiter Cassiano Marques; 4.2 – Definição de prazo para revisão e atualização dos Planos de Ações das Comissões de Trabalho; – ASSUNTO RECONDUZIDO DA REUNIÃO ANTERIOR 4.3 – Relatos da Comissão de Controle Social do PBF sobre a Revisão e Atualização da Resolução CNAS 15.2014 – que orienta os Conselhos de Assistência Social – CAS quanto à sua organização e ao seu funcionamento como instância de participação e de controle social do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único de Programa Sociais do Governo Federal – CadUnico; ASSUNTO RECONDUZIDO DA REUNIÃO ANTERIOR 4.4 – Orientações sobre novas regras para o IGD – PBF (PORTARIA MDS Nº 1.041, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 – Estabelece os mecanismos de funcionamento do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, como instrumento de apoio à gestão e à execução descentralizada e de fortalecimento da gestão intersetorial do Programa, e dá outras providências.); RECONDUZIDO DA REUNIÃO ANTERIOR 4.5 – Relatos dos trabalhos da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social – 2025; 4.6 – Devolutiva sobre participação da presidente e conselheiras na Audiência Pública sobre o CEI. 5 – INFORMES: 5.1 – Informação sobre nova Coordenação do FORTTSUAS-RF 5.2 – Recebimento de ata de eleição e Posse do Lar de Idosos Euripedes Barsanulfo; 5.3 – Publicação de Portaria MDS 1044/2024 e Resolução CNAS-MDS 177.2024 – Dispõe sobre as transferências de recursos pelo – MDS; 5.4 – Edital de Convocação de Audiência Pública – Politicas Públicas para Usuários de Drogas em Situação de Rua – 26.02 – 18h30 – Câmara de Franca; 5.5 – Envio de Oficio CIRCULAR nº 05/2025 – CMAS – Solicitação de documentação anual às Entidades e Organizações de Assistência Social inscritas no CMAS; 5.6 – Convite 1ª Reunião Extraordinária do CMAS – 06.02 – 10h – (após a reunião ordinária); 5.7 – Palavra aberta as(os) Conselheiras(os) e convidadas(os)***. A presidente Márcia iniciou a reunião cumprimentando os(as) Conselheiros(as) e convidados(as) presentes e solicitou que a verificação do quórum do CMAS e

a chamada fossem realizadas. Verificado e confirmado o quórum, com a presença de quinze (15) conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade, foram apresentadas as seguintes ausências com justificativa: André Luís Pereira de Souza, Maria Aparecida Donizete de Souza, Maria Nedy Santos, Rosania Aparecida Silva Palamoni, Cristina Malta Guimarães, Roberta Pucci de Melo, Aline Tatiane Silva de Assis, Simone Martins Ramos, Marina Célia Scarabuci de Almeida, Susana Mendes de Carvalho, Teresinha Vicentina Silva Goulart e Geisla Fábia Pinto. Com o quórum necessário de leitura antecipada das Atas da 21ª Reunião Ordinária (05.12) e 1ª Reunião Ordinária (16.01) o colegiado deliberou pela aprovação das mesmas. Dando sequência passou-se à discussão sobre os assuntos constantes na pauta, iniciando-se pelo item: ***4 – ASSUNTOS: 4.1 – Apresentação do novo Secretário de Ação Social – Óiter Cassiano Marques:*** A presidente Márcia agradeceu e deu as boas vindas ao novo Secretário de Ação Social, Senhor Óiter Cassiano Marques. O secretário cumprimentou a todos e todas e em seguida se apresentou falando um pouco sobre sua trajetória na assistência social, atuação no conselho de assistência social, destacando o período em que assumiu a presidência deste conselho. Por fim, despediu-se do colegiado se colocando a disposição de todos. ***4.2 – Definição de prazo para revisão e atualização dos Planos de Ações das Comissões de Trabalho – ASSUNTO RECONDUZIDO DA REUNIÃO ANTERIOR:*** Márcia explicou que todas as comissões possuem o seu Plano de Ação, que é atualizado anualmente, devendo ser analisadas as demandas que cada comissão tem e quais já foram cumpridas. Sendo assim é necessário a definição de uma data para que as comissões possam apresentar os planos. A proposta da Mesa Diretora seria de apresentar os Planos atualizados na primeira reunião de março, no dia 13. O colegiado concordou com a data, ficando assim definido. A Secretaria Executiva enviará os Planos de Ação do ano passado para todas as comissões realizarem as suas atualizações. ***4.3 – Relatos da Comissão de Controle Social do PBF sobre a Revisão e Atualização da Resolução CNAS 15.2014 – que orienta os Conselhos de Assistência Social – CAS quanto à sua organização e ao seu funcionamento como instância de participação e de controle social do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único de Programa Sociais do Governo Federal – CadUnico. ASSUNTO RECONDUZIDO DA REUNIÃO ANTERIOR:*** Maria Amélia iniciou o assunto explicando que se trata da atualização da Resolução CNAS 15.2014, a qual orienta os Conselhos de Assistência Social quanto à sua organização e ao seu funcionamento como instância de participação e de controle social do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Programa Sociais do Governo Federal. A resolução ainda está em consulta pública, podendo ocorrer outras alterações, mas já foi observado algumas mudanças pontuais que foram feitas. Disse que a Comissão de Controle Social do PBF se reuniu no dia 9 de janeiro para analisar e fazer uma comparação entre as resoluções, então Márcia falou sobre a primeira alteração observada, que é a aplicação obrigatória dos percentuais do IGD PBF e IGD SUAS para ações do Controle Social que será depositado e executado em conta especifica para o CMAS, anteriormente era depositado em conta conjunta e se fazia o cálculo de 3%, mas agora será depositado o valor específico. Jandira pontuou que a gestão ainda não tem orientações sobre isso, mas que na próxima semana ocorrerá o 2º Encontro Nacional do FNAS, o qual ela e o secretário Óiter estarão presentes, e as orientações provavelmente serão passadas. Maria Amélia solicitou que, na próxima reunião, Jandira trouxesse a devolutiva desse encontro do FNAS, e assim ficou combinado. Dando continuidade, Márcia falou sobre outra alteração notada, que é a inclusão do Cadastro Único no acompanhamento e controle social do CMAS, anteriormente era citado o acompanhamento apenas do Programa Bolsa Família. A resolução trata da participação e controle social de forma mais ampliada, incluindo usuários e organizações representativas, trabalhadores do SUAS e movimentos sociais. Outra mudança é que dentro do âmbito do CMAS recomenda-se a constituição de Comissão temática - (Comissão de Controle

Social do PBF) ou a Comissão de Politica pode assumir. A orientação é para que a comissão seja paritária com representantes da assistência, saúde, educação, usuários do SUAS, beneficiários do PBF e trabalhadores(as). Trata também das Comissões Intersetoriais do PBF, a qual deve ser composta pela gestão de assistência social, saúde e educação, com a recomendação de que o CMAS também participe das reuniões. Foi atribuído ao Conselho Estadual e Federal apoiar e assessorar os CMAS nas atividades de controle social do PBF e CAD. Finalizando as análises feitas pela comissão, atribui-se ao MDS orientar e promover ações de capacitação e formação dos conselhos de assistência social, dentre outras. A comissão não viu necessidade em propor alteração na Resolução, por meio da Consulta pública. Sendo assim, o colegiado deliberou e aprovou o assunto. ***4.4 – Orientações sobre novas regras para o IGD – PBF (PORTARIA MDS Nº 1.041, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 – Estabelece os mecanismos de funcionamento do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, como instrumento de apoio à gestão e à execução descentralizada e de fortalecimento da gestão intersetorial do Programa, e dá outras providências.)*** ***RECONDUZIDO DA REUNIÃO ANTERIOR:*** A servidora Lidiane foi convidada para apresentar a nova normativa e regras sobre o IGD para o colegiado. Sendo assim, deu início ao assunto explicando a portaria MDS n° 1041/2024 que instituiu uma nova regulamentação e os novos índices do IGD-PBF. Anteriormente, a taxa de atualização cadastral - TAC, contemplava o mínimo de 0,55% e a partir de janeiro de 2025 passou a ser 0,70%, então houve um aumento significativo, apesar de ser gradativo, para que os municípios consigam se organizar, mas ainda irá aumentar para 0,75% em 2026. Já em relação ao acompanhamento da frequência escolar, cuja responsabilidade é da secretaria de educação, a taxa de acompanhamento mínimo da frequência escolar -TAFE, passou de 0,30% para 0,40% em 2025, e em 2026 será 0,50%. Os mesmos índices serão aplicados na taxa de acompanhamento da saúde - TAAS, ou seja, o mínimo é de 0,40% em 2025 e 0,50% em 2026. Um ponto importante de destaque refere-se aos índices atuais de acompanhamento da saúde que fica na faixa de 0,40%, e com o aumento desse índice mínimo, corre-se o risco do município não receber o Indice de Gestão ou que ele seja reduzido, uma vez que essas taxas definem o valor que o município vai receber do IGD-PBF. Então se a taxa está baixa, o município recebe menos, e se está mais alta, o município recebe mais. O IGD-PBF é um benefício muito importante, pois ele cofinancia 100% das ações do CADunico. Maria Amélia explicou que na saúde, a responsável pela inserção de informações no sistema é a Gestora de Condicionalidades da Saúde, e a mesma conta com apoio de apenas um estagiário, que foi cedido pela Secretaria de Ação Social. Lembrou que durante algum tempo a gestora ficou sem nenhum apoio, e no momento conta com o apoio de um estagiário, mas pontuou que o contrato do estagiário dura no máximo 2 anos. Essa situação causa um impacto no município, e nas famílias em atendimento, pois se a família não tiver o registro do acompanhamento e cumprimento das condicionalidades, corre o risco de perder o benefício. Os representantes da comissão de controle social do PBF pontuaram que foram feitas diversas reuniões com a gestora de condicionalidades da saúde, e nada foi resolvido, sendo sugerido que a comissão se reunisse com a secretária municipal da saúde. Jandira ressaltou que os índices continuam os mesmos, apesar de ter um estagiário para ajudar nessa questão do sistema da saúde e fazer contato com as famílias atendidas, então é necessário entender os motivos de continuar com o mesmo índice. Atualmente o índice da saúde é 46,3%, caso o índice continue o mesmo no próximo ano, a saúde não alcançará o mínimo necessário, fazendo com que o município e as famílias tenham prejuízo. Mediante tais discussões definiu-se que a Comissão de Controle Social do PBF avaliará a situação e pensará em propostas de atuação junto a esta questão. Maria Amélia perguntou a Lidiane sobre o acompanhamento do sistema SICON, Sistema de atendimento/acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) que não estão cumprindo as

condicionalidades. Esse trabalho é realizado pelas equipes de CRAS e Lidiane respondeu que no final do ano passado foram realizadas orientações nos CRAS sobre a inserção nesse sistema, o que vem melhorando essa inserção de informações no sistema. Lidiane pontuou sobre os resultados positivos que a gestão compartilhada está trazendo para o Cadunico, por exemplo, a diminuição do prazo de atendimento e melhoria das taxas. Por fim, Márcia e Maria Amélia agradeceram a vinda da Lidiane a reunião. ***4.5 – Relatos dos trabalhos da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social – 2025;*** Marcia informou que a Comissão Organizadora da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social já se reuniu três vezes nesse ano, onde esquematizaram a execução para a conferência e das pré conferências, pensando no formato, local, alimentação e entre outras questões assim. Foi pontuado sobre a redução no financiamento do governo federal, e como a conferência deve ser bem utilizada para levar informação a população, alcançar e ter voz para mostrar o impacto da ausência de financiamento na politica de assistência social. A conselheira Jandira falou que a intenção era realizar a conferência com o formato parecido ao da anterior com uma empresa para assessorar, porém não foi autorizada a contratação de uma empresa considerando a redução de recursos federais, que impactou nas contas da Assistência Social. Da mesma forma, os transportes para usuários também não foram liberados por falta de recurso, então será vista a possibilidade de fornecer passes aos usuários. A conselheira Aline, comentou que conversou com a direção da FEAPAES, pontuando a importância da conferência e questionou se a federação poderia dar apoio ao CMAS, e a resposta foi positiva, sendo assim, a comissão vai organizar o que será necessário para pedir apoio. Aline também comentou sobre o espaço para a conferência sugerindo o SESC, explicou que é preciso apenas apresentar a programação e datas com antecedência para se organizar com a equipe e o local. Por fim, Márcia relembrou sobre a reunião da comissão com as coordenações de unidades estatais, no dia 17 de janeiro, às 8h30, no formato on line, para discutir mais detalhes para a execução das pré conferências, mas foi decidido que apenas a comissão se reuniria para tomar as devidas providências, e assim que possível, remarcará com as coordenações. ***4.6 – Devolutiva sobre participação da presidente e conselheiras na Audiência Pública sobre o CEI:*** Márcia iniciou o assunto sobre a Audiência Pública que ocorreu sobre o CEI, para debater o fechamento do mesmo, pontuando a fala certeira que a conselheira Viviane fez no evento. Pontuou também que foi um espaço de muita comoção e foi bem organizado pelos trabalhadores do CEI junto aos pais dos atendidos. Márcia ressaltou como o Serviço da Assistência Social, Centro Dia, foi colocado de forma equivocada e que toda mudança deve ser pensada com muita cautela. Eder complementou a fala de Márcia, dizendo que Franca é uma das cidades com mais unidades de Centros Dia no país, e conta com uma demanda muito grande, destacando que o trabalho realizado no Centro Dia possui equipes de nível superior, formadas para atender demandas complexas, mas na audiência o serviço foi completamente desmerecido. Comentou também que esteve em um município de 950.000 habitantes, que conta com apenas um Centro Dia para 30 pessoas, então foi um descaso muito grande com a assistência. Viviane destacou que nem todos os atendidos do CEI se encaixam como público do Centro Dia, o que seria outro problema. Foi falado também sobre como é difícil a mudança na rotina da pessoa com deficiência. Por fim, Márcia ressaltou a importância das audiências públicas, ainda que não tragam o resultado esperado. ***5 – INFORMES: 5.1 – Informação sobre nova Coordenação do FORTTSUAS-RF:*** Foi informado ao colegiado que o FORTTSUAS-RF está sob nova coordenação, e quem assumiu foi o trabalhador Rafael Murari, e o calendário de reuniões será compartilhado com o conselho. ***5.2 – Recebimento de ata de eleição e Posse do Lar de Idosos Euripedes Barsanulfo:*** Para conhecimento do colegiado, foi informado que o conselho recebeu a ata de eleição e Posse do Lar de Idosos Euripedes Barsanulfo. ***5.3 – Publicação de Portaria MDS 1044/2024 e Resolução CNAS-MDS 177.2024 –***

Dispõe sobre as transferências de recursos pelo – MDS: Foi compartilhada a Publicação de Portaria MDS 1044/2024 e Resolução CNAS-MDS 177.2024, cujas normativas referem-se às novas orientações sobre transferências de recursos federais via Fundos, por meio de emendas parlamentares. Foram definidos novos valores mínimos de transferência, além da possibilidade do ente federativo poder repassar o recurso para a entidade ou organização de assistência social para que realize a aquisição dos equipamentos, materiais permanentes e veículos. Outra alteração refere-se a possibilidade de destinação de 10% do valor da emenda aos fundos de assistência social para gestão administrativa das parcerias. ***5.4 – Edital de Convocação de Audiência Pública – Politicas Públicas para Usuários de Drogas em Situação de Rua – 26.02 – 18h30 – Câmara de Franca:*** Foi informado sobre a Audiência Pública de Politicas Públicas para Usuários de Drogas em Situação de Rua, que será realizada no dia 26/02, às 18h30, na Câmara Municipal. As conselheiras Lindsay, Viviane, Mirian e Fernanda se propuseram a ir. ***5.5 – Envio de Oficio CIRCULAR nº 05/2025 – CMAS – Solicitação de documentação anual às Entidades e Organizações de Assistência Social inscritas no CMAS:*** Foi informado ao colegiado sobre o envio do ofício CIRCULAR nº 05/2025 – CMAS, que se trata da solicitação de documentos às Entidades e Organizações de Assistência Social inscritas no conselho, para renovação de inscrição. ***5.6 – Convite 1ª Reunião Extraordinária do CMAS – 06.02 – 10h – (após a reunião ordinária):*** O colegiado foi relembrado que após o encerramento da reunião, será realizada outra reunião, sendo ela extraordinária. ***5.7 – Palavra aberta as(os) Conselheiras(os) e convidadas(os):*** A conselheira Aline Lima, pediu a palavra para falar sobre a eleição do CONSEAS, divulgando que a Tina será candidata. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e vinte minutos (10h20), tendo sido gravada para consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Secretária Executiva do CMAS, Maria Amélia Faciroli Vergara, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada pelo colegiado, será anexada a lista de presença.